



Santiago, setembro de 1986: até Pinochet é aplaudido

CHILE

# Controle dos gastos do governo foi fundamental

JOSÉ ANTONIO PEDRIALI  
Especial para O Estado

SANTIAGO — De uma inflação oficial de 508% em 1973 — que alguns calculavam em torno de 600% e outros, mais alarmistas, estimavam em 1.000% — o Chile conseguiu terminar o ano de 1986 com a inflação de 17,1% e com a perspectiva de que este ano não deverá ultrapassar 15%. Como um país com uma economia secundária e de poucos recursos naturais conseguiu superar gradualmente a hiperinflação e manter uma média inflacionária anual excelente para os padrões latino-americanos? Basicamente, exercendo rígido controle dos gastos públicos e aplicando uma política monetária e fiscal rigorosa. Os efeitos sobre a inflação são evidentes, mas essa política, adotada após o golpe de estado, conduziu o País à recessão — da qual começou a sair, sem se considerar o período do boom artificial, somente a partir de 85.

"A inflação liquida a capacidade de poupança. Sem poupança o Estado não pode investir e sem investimento público não há crescimento", afirma o diretor do Instituto Nacional de Estatísticas, economista Alvaro Vial, sintetizando o pensamento econômico do governo. Segundo Vial, a primeira medida tomada pelo regime foi conter drasticamente a expansão monetária, livrar-se das empresas estatais que não apresentavam bons resultados e reformular a administração das empresas que conservou em seu poder.

Diminuindo a oferta monetária e suavizando o ônus das empresas estatais, o governo foi aos poucos reduzindo seu déficit e, dessa forma, saneando a economia. Alvaro Vial admite, no entanto, que esse procedimento trouxe um custo social muito grande. A taxa de desemprego, por exemplo, cresceu progressivamente para começar a decair entre 85 e 86. Um outro economista, especializado no Cone Sul, observa que nos três primeiros anos do regime, quando o combate à inflação foi mais intenso, os salários reais caíram entre 25 e 33%. O produto per capita baixou 14% e o desemprego saltou de 4% para 19%.

O combate à inflação chilena pode ser dividido em três fases. A primeira, os anos mais críticos para o

saneamento econômico, foi a adoção fiel da política clássica, ou ortodoxa, que consistiu em forte redução do gasto fiscal e rígidos controles monetários e salariais. A consequência foi a recessão proporcional à rigidez do controle estatal sobre a economia. Mas o objetivo principal — sair da hiperinflação — foi conquistado.

A segunda etapa de combate à inflação, iniciada entre 1976 e 1977, deixava os controles monetários para o segundo plano para dar ênfase à política cambial, associada à abertura às importações. Num primeiro momento, as consequências foram benéficas pois se retomou a produção e o produto per capita cresceu 6% ao ano, mas o câmbio ficou defasado entre 30 e 40%, tornando os produtos chilenos nada competitivos no Exterior.

A partir de 82, no auge da crise, o Chile voltou a controlar os gastos públicos, os salários e a expansão monetária para impedir que o processo inflacionário "estourasse". E conseguiu — mas, mais uma vez, à custa da estagnação da atividade econômica privada e estatal, da queda dos salários reais e do aumento do desemprego, que chegou a alcançar 30%. A política do atual ministro da Fazenda, Hernan Buchi, é a de proporcionar um crescimento lento, porém sólido.

## SALÁRIOS

O governo chileno adotou várias políticas salariais tendentes a atenuar os efeitos dos aumentos dos salários dos setores público e privado sobre a inflação. Essas políticas tiveram sempre um denominador comum: os salários foram desindexados.

A política que prevalece atualmente em relação ao setor privado estabelece que os reajustes salariais devem ser negociados livremente a cada dois anos entre os empresários e os sindicatos. Os reajustes dos funcionários da administração direta são estabelecidos pelo governo, sem um período fixo e sem relação direta com o índice de inflação.

Aos funcionários da administração indireta aplica-se a legislação trabalhista válida para o setor privado, mas os empregados das empresas consideradas estratégicas — a mina de cobre de Chuquibambilla, por exemplo — não podem recorrer à greve.



Em Israel, no início, as prateleiras também ficaram vazias